

Convirá, ainda, dizer que cada capítulo tem a sua bibliografia própria, quase sempre com grande número de espécies publicadas no Brasil, o que dá uma boa imagem da Geografia Física brasileira. Além disso, um índice remissivo de 12 páginas completa de modo muito útil este livro que merece bem ser conhecido dos geógrafos portugueses.

Referências bibliográficas

AMARAL, Ilídio do (2002) – “Luanda e os seus dois arcos complexos de vulnerabilidade e risco: o das restingas e ilhas baixas e o das escarpas abarrocadas”. *Territorium*, 9, p. 89-115.

CONTI, José Bueno (2002) – “Riscos naturais na região tropical brasileira”. *Territorium*, 9, p. 117-122.

REBELO, Fernando (1994) – “Do ordenamento do território à gestão dos riscos naturais. A importância da Geografia Física salientada através de casos de estudo seleccionados em Portugal”. *Territorium*, 8, p. 7-15.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches (2001) – “Inundações e deslizamentos em São Paulo. Riscos da relação inadequada sociedade-natureza”. *Territorium*, 8, p. 15-23.

Riscos naturais e ordenamento na Europa

Fernando Rebelo

Primeiro, o Colóquio Internacional (cfr. F. REBELO, 2003), um ano e meio depois, o livro. Não propriamente um livro de actas, mas um livro que, como se diz logo a abrir, “retoma as comunicações apresentadas quando do colóquio no Grande Arco da Defense, 22-24 de Outubro de 2002”.

Risques Naturels et Aménagement en Europe, obra publicada sob a direcção de Yvette Veyret, Gérald Garry e Nancy Meschiné de Richemond (Paris, Armand Colin, 2004, 254 p.) aparece-nos com 21 capítulos organizados em três partes – “La France”, “L’Europe” e “Une Europe des Risques” – e termina com uma conclusão assinada pelos três responsáveis. Alguns capítulos são grandes, na medida em que desenvolvem comunicações apresentadas; outros são pequenos, porque se limitam a reproduzi-las. Mas alguns títulos foram modificados.

Sobre a temática em causa relativamente a França há sete capítulos tratando de assuntos tão diversos como a política de prevenção dos riscos (abordada de vários modos por diversos autores), a cartografia dos riscos naturais (Gérald Garry et al.) ou as vulnerabilidades (André Dauphiné). No respeitante ao resto da Europa, são nove os capítulos igualmente variados quanto aos temas escolhidos, mas recaindo sobre oito países – Reino Unido (embora só Inglaterra e País de Gales), Suíça, Itália, Grécia, Portugal, Espanha, Hungria e Roménia. A gestão de riscos de vários tipos e a legislação sobre esta matéria dominam na maior parte dos nove capítulos, mas o caso particular da cartografia do risco de movimentos de terreno no Tirol do Sul (Mário Panizza e colaboradores) também não deixa de ser importante.

Os últimos cinco capítulos têm um carácter genérico e cabem perfeitamente na feliz designação dada pelos organizadores do livro à terceira parte. Fala-se de

estratégias de investigação (Alfredo Lucia), de análise de riscos, de seguros, de integração no quadro da União Europeia, mas vai-se, por vezes, além dos riscos naturais.

A conclusão final salienta aspectos fundamentais que, como sempre em colóquios deste género, acabaram por revelar-se perturbadores. A terminologia considerada “muito heterogénea”, torna-se particularmente confusa quando se trata de falar em vulnerabilidade. Também os mapas, em função da diversidade de escalas podem acarretar erros de localização ou mesmo nem dar a localização exacta de determinados riscos. Curiosamente, uma das questões de terminologia foi lançada por nós quando não demos o estatuto de risco maior aos sismos em Portugal continental e Madeira. Como deverão definir-se riscos maiores e riscos menores. Pela frequência da sua manifestação em crise? Pelo facto de se terem manifestado num passado já longínquo com características catastróficas? Quando quase todos os livros que tratam de riscos naturais falam mais ou menos demoradamente no terramoto de Lisboa de 1 de Novembro de 1755, dão a entender que o risco hoje é igual ao dessa época. Será que o nosso país é ainda aquele país? As regras da construção sísmica não terão contribuído para diminuir as vulnerabilidades? Será que nas áreas das construções antigas ainda vive tanta gente como naquela época? É evidente que no Algarve e na região de Lisboa o risco sísmico existe com muito mais importância do que no resto do país. Há que estar consciente desta realidade. E a Protecção Civil desde há anos que trabalha nesta área (F. REBELO, 1997). Mas não se pode olhar para o Algarve e para a região de Lisboa como se não tivesse havido grandes melhorias em termos de diminuição do risco sísmico relativamente ao risco existente no século XVIII. O mesmo não se

passa com aqueles que agora se consideram riscos maiores em Portugal. Com efeito, no respeitante a inundações e a fogos florestais há cada vez mais vulnerabilidades – independentemente de eventuais mudanças climáticas, o risco tem aumentado de ano para ano por virtude do aumento das vulnerabilidades.

Lições tiradas das inundações no sul de França em 2002

Fernando Rebelo

Crues du Gard 2002: retour d'expérience é o título de um livro recente publicado pelo Ministério da Ecologia e do Desenvolvimento Sustentável da França (Paris, La Documentation Française, 2004, 325 p.). Na contracapa explicita-se que a obra foi coordenada por Geneviève Baumont.

Na primeira página, como se correspondessem a um subtítulo, encontram-se duas perguntas escritas em grandes parangonas – *Inondations en Languedoc-Roussillon du 9 et 10 septembre 2002? Quels enseignements un an après?*

O sumário (p. 3-6) é perfeitamente elucidativo. Uma primeira parte, intitulada *Rapport de mission sur les crues de septembre 2002 dans les départements du Gard, de l'Hérault, du Vaucluse, des Bouches-du-Rhône, de l'Ardèche et de la Drôme*, contém 11 capítulos entre os quais um com os dados disponíveis que permitiram definir o acontecimento meteorológico de base – as precipitações registadas durante 48 horas, contadas a partir das 10 horas da manhã do dia 8. Em toda a área referida se registaram mais de 100 mm (p. 36), sendo que, no Gard, dois terços do departamento receberam mais de 300. O máximo registado foi de 687 mm em Anduze (Bassin des Gardons). Depois vem a caracterização da ocorrência hidrológica. Destaca-se o funcionamento do curso, onde funcionaram exsurgências desconhecidas (p. 39), bem como das bacias-vertente “tocadas em toda a sua totalidade”; numa delas (Gardons), com apenas 2000 km² de superfície, os caudais de ponta foram estimados entre 5000 e 7000 m³ por segundo, valores que são praticamente o dobro dos máximos atingidos nas grandes cheias do Mondego, em Coimbra (cfr. F. REBELO, 1995, nota infrapaginal da p. 7 – Fernandes Martins falava de um máximo de 3000; mais tarde, a Hidroprojecto calculou 3700 para a “cheia secular”). O principal rio da área envolvida, o Ródano, terá atingido, em Beaucaire, 10 500 m³/s, um valor que poderá ter um período de retorno de 50 anos (p. 44). Mas na primeira parte ainda se trata de muitos outros pontos importantes, como os prejuízos causados pelas cheias e pelas inundações, salientando que

Referências bibliográficas

- REBELO, Fernando (1997) – “Os sismos e a gestão de emergência em Lisboa”. *Territorium*, 4, p. 144.
- REBELO, Fernando (2003) – “A propósito de um Colóquio Internacional sobre Riscos Naturais (Paris, 2002)”. *Territorium*, 10, p. 121.

muitas vezes eles resultaram de aumento da vulnerabilidade – dissemos o mesmo, por várias vezes, quanto às inundações do Mondego na área de Coimbra e de Montemor-o-Velho. A análise da crise é, todavia, profunda e diversificada; não se esquecem, por exemplo, estruturas de prevenção, como a cartografia de riscos ou os avisos meteorológicos e hidrológicos que em certos casos não existiam ou não parecem ter sido suficientemente eficazes. Não se esquecem os planos de prevenção dos riscos, muitos dos quais ainda por fazer, nem as técnicas de construção ou a localização dos parques de campismo; um dos capítulos trata do comportamento das obras hidráulicas e da manutenção dos cursos de água. Tudo é amplamente discutido.

A segunda parte intitula-se *Colloque du pont du Gard du 8 septembre 2003 - Les inondations dans le Gard, quels enseignements un an après? Les contributions des scientifiques*. Para além de um resumo inicial das comunicações, organizado por Geneviève Baumont, vêm publicadas duas sínteses e oito comunicações, divididas por dois capítulos – “L'aléa naturel” e “Vulnérabilité et analyse des risques”. Daniel Duband inicia o primeiro capítulo com uma síntese das contribuições sobre o “aléa” natural; em seguida, Éric Brun destaca o carácter excepcional da ocorrência meteorológica; Luc Neppel compara esta com outras ocorrências semelhantes, não só em termos meteorológicos, mas também em termos de caudais atingidos; Maria del Carmen Llasat fala de fenómenos do mesmo género verificados na Catalunha; e Denis Coeur tenta interpretar as inundações do Gard de 2002 à luz da História falando de vários casos nos séculos XVIII e XIX. No segundo capítulo, Guillaume Benoit começa com uma síntese das contribuições sobre a vulnerabilidade e a análise dos riscos; depois, Bruno Ledoux trata dos diferentes tipos de prejuízos verificados; Pierre Valarié debruça-se sobre vulnerabilidades a nível demográfico e de ordenamento do território; Guillaume Benoit traz, seguidamente uma visão geográfica muito interessante sobre a bacia do Mediterrâneo no respeitante a alguns aspectos físicos e humanos; e, finalmente, Jean-Michel Grésillon